

Mobilidade, Permanência e cidadania em grupos migrantes na cidade do Rio de Janeiro

Isis do Mar Marques Martins
Doutoranda IPPUR

Vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios

A cidade do Rio de Janeiro tem sido marcada por uma série de discursos tanto do setor público quanto das principais entidades privadas como incluída em um processo de democratização da cidade, vinculada à produção de um espaço urbano com qualidade de vida e bem estar, tanto nas áreas mais privilegiadas quanto nas áreas mais pobres. Da mesma maneira, sendo uma metrópole brasileira, seu processo de constituição envolve a entrada de migrantes e a inserção destes na relação e na transformação do espaço urbano. Dentre os principais fluxos migratórios do Rio de Janeiro, os migrantes oriundos da região Nordeste do Brasil ainda são quem recorrentemente tem se mobilizado e permanecido, mesmo nas adversidades que contraditoriamente revelam a discrepância social e espacial da cidade. Mas para onde vai esse migrante e qual sua compreensão – subjetiva e coletiva – da cidade que o faz permanecer, que o faz produzir constantemente uma nova cidade? Primeiramente, procuraremos entender o processo de construção dessas estratégias nas favelas do Rio de Janeiro, ainda no decorrer do século XX até a formação da favela Rio das Pedras, na década de 1970. Em segundo, apontamos a relação do migrante com a cidade na produção de estratégias que são escolhas também políticas de resistência e mobilidade na cidade, para em terceiro destacarmos a formação de cartografias que constroem relações de mobilidade ora subjetivas e processuais, ora representativas ou alheias, que indicam caminhos muitas vezes desiguais e marcados por uma falsa liberdade na cidade. Pretende-se, assim, refletir na importância de pensarmos no espaço e numa geografia do migrante que não o aponte como problema para os espaços, mas que da mesma maneira possui desejos e perspectivas que o fazem cidadão tanto quanto qualquer integrante e produtor da cidade, mesmo quando esta é profundamente marcada pela desigualdade e pela violência direta ou simbólica.

Palavras-chave: migrante, agenciamentos, estratégias, resistência, permanência, mobilidade

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, que já foi Distrito Federal e hoje é uma metrópole com mais de seis milhões de pessoas, é habitada por diversos migrantes de diversas épocas distintas, portanto de processos diversos. Entendemos dessa forma que a construção da cidade do Rio de Janeiro é também um conjunto complexo e plural de estratégias de vida de múltiplos grupos migrantes que fazem e refazem essa cidade.

Uma contextualização da cidade a partir de suas *gentes* torna-se essencial para entender a produção desta enquanto teias que incorporam discursos marcadados de migrar, de morar, de sujeitos e corpos que “se instalam”, e não revela a cidade do Rio de Janeiro tal como ela é: diversa, conflitante, estratificada.

Esses discursos encontram-se na sua medida quando todo e qualquer migrante em uma cidade de chegada torna-se o distinto, o diferente, o avesso ao lugar. O Rio de Janeiro não é exceção, muito menos regra quando nos referimos aos fluxos migratórios que enlaçam redes de solidariedade.

Para isso, precisamos entender o papel da cristalização desse urbano e dessa forma de pensar o urbano no Rio de Janeiro. Começamos pelo seu processo consolidado de apartamento espacial (SOUZA, 2011; SOUZA E SILVA e BARBOSA, 2005; LAGO, 2000). Para tanto, é necessário traçarmos uma reflexão acerca da mobilidade. Seja a mobilidade do migrante que chega à cidade do Rio de Janeiro ao seu poder de mobilidade na permanência na cidade que chega.

Outro aspecto importante acerca dos processos de mobilidade são os diversos sentidos de mobilidade na cidade. Para um migrante, pobre, morador de uma favela distante das principais áreas centrais de uma metrópole, para além de sua mobilidade intrínseca, há o papel de sua mobilidade na cidade de chegada. Ora, se essa mobilidade é restrita, tal como se dilui o seu papel de agente na sociedade em que vive quando o fato de ser migrante torna-se algo pejorativo, muitos problemas de ordem social, política e reflexiva pairam sobre uma esfera escamoteada de “cidade grande”, como se pudesse abarcar a tudo e a todos.

A questão da mobilidade na cidade do Rio de Janeiro não é nova. Para ABREU (2011), as cartografias que indicam o nível e as hierarquias de poder de mobilidade da sociedade na urbe carioca se iniciam ainda no século XIX. No final da década de 1890 para 1910 essa configuração é consolidada, com a chegada dos trens e dos bondes na

chamada Zona Norte e centro do Rio de Janeiro¹. Dentro desta configuração de urbano o próprio Estado produz políticas que se inscrevem na urbe carioca, do século XX ao XXI.

Para o autor, esse processo ratifica o conflito de espaços de trabalho, de lazer, de serviços e consumo etc. É, entretanto, a Reforma Passos que demarca o processo de verticalização da mobilidade na espacialidade urbana do Rio de Janeiro. É nessa época, por exemplo, que ocorre a transição dos chamados locais de cabeças de porco (cortiços e vilas) para a ocupação das favelas em maior vulto. Conforme Abreu:

A reforma Passos representa um momento de corte fundamental na relação entre Estado e urbano. Até então, essa relação havia sido indireta, limitando-se o Estado a regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada, que se constituía assim na mola mestra de crescimento da cidade. A intervenção direta do Estado sobre o urbano – caracterizada pela reforma Passos – não só modificou definitivamente essa relação, como alterou substancialmente o padrão de evolução urbana que seria seguido pela cidade do século XX. (ABREU: 2011, p. 73).

O período de 1940 em diante é caracterizado pelo fomento via iniciativa privada de indústrias na chamada periferia urbana imediata do Rio de Janeiro. Essa industrialização de médio porte² afeta a dinâmica urbana em dois aspectos: a evolução da rede viária durante a década de 1940 em diante, intensificada na década de 1950, e principalmente, a migração interna tanto de originários de outras cidades do Estado do Rio de Janeiro quanto de outras regiões do país, tal como Espírito Santo e Bahia.

População Residente no município do Rio de Janeiro de 1940 a 1960 e taxa de crescimento por circunscrição censitária					
Circunscrição censitária	População 1940	População 1950	População 1960	Crescimento 1940-1950	Crescimento 1950-1960
Centro	49.852	37.809	25.196	- 24	- 33
Área periférica central	196.381	181.392	177.740	- 8	- 2
São Cristovão	70.984	76.604	78.002	8	2
Santa Teresa	61.476	71.733	83.215	17	16
Zona Sul	246.445	359.681	556.145	46	55
Zona Norte	197.961	237.912	291.925	20	23
Zona Suburbana I	588.532	826.361	1.057.869	40	28
Jacarepaguá	71.425	107.093	193.792	50	81
Zona Suburbana II	182.461	324.906	564.425	76	86
Zona Rural	70.825	59.752	126.982	58	113

Tabela 1.1 – População do Rio de Janeiro entre 1940 e 1960.

FONTE: ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

¹ Essa reconfiguração converge para o investimento maciço vindo de fora de grandes empresas automotivas, e em grande medida para a expansão das indústrias inglesas de transportes automobilísticos viários.

² Entende-se indústria de médio porte porque encontram-se no perímetro urbano de uma metrópole e, principalmente, porque a maioria das indústrias na cidade consistia em uma produção interna de bens de consumo não duráveis (alimentos, tecelagem, dentre outros).

Nota-se o crescimento elevado dos índices na segunda década em questão, principalmente nas zonas suburbanas e de Jacarepaguá. A chegada do migrante é legitimada enquanto processo de construção do espaço da urbe carioca, bem como seu processo de expansão social, econômico e espacial, tanto das corporações de médio porte quanto do próprio Estado, no emprego e manutenção de mão-de-obra. Também, como aponta a tabela acima, a partir da década de 1940 a expansão da chamada Zona Oeste, em contraste com o Centro, chegando a índices maiores de 80%, bem como o paulatino crescimento e expansão de Jacarepaguá nos ajuda a pensar que as políticas de inserção na cidade começam a se inserir na lógica de uma cidade do Rio de Janeiro, vinculada aos ditames do Estado.

Na década de 1960, nesse contexto, houve o crescimento da cidade pela chamada Zona Norte e a expansão de favelas nessa área, que compreendia nessa época os bairros Tijuca, Méier, Madureira, Anchieta/Irajá, Leopoldina e Ilha do Governador. Esse crescente, para além da evolução do sistema de transportes, dá-se também pela recorrente política de realocação de favelas nas localidades mais nobres da cidade e na remoção de moradores para outras áreas.

É na década de 1970 que mudanças marcantes ocorrem na dinâmica espacial, mas também discursiva do urbano na cidade do Rio de Janeiro. Além do que muitos autores irão chamar de processo de consolidação da metrópole carioca, pois:

- Primeiro, o indicativo de crescimento demográfico maciço de outras regiões e principalmente de outras áreas da cidade para áreas periféricas³;
- Segundo, a transferência da capital do Brasil para Brasília e o fomento de outras maneiras de fonte de renda para a cidade, que efetivou as atividades – internas e externas – do terceiro setor;
- Terceiro, por conta dessa mudança territorial e financeiro-comercial, o setor do turismo na década de 1970 se expande e se transforma no foco das principais políticas públicas da cidade, inaugurando um consumo visual de paisagem (ZUKIN, 2006) de um Rio de Janeiro “cidade-maravilhosa”⁴.

Como SOUZA E SILVA e BARBOSA (2005) ressaltam, foi marcante para as definições socioespaciais de um poder público enraizado a um poder de construir paisagens. Dentre as principais intervenções, a consolidação de um espaço urbano entre favelas e prédios de luxo, que se intensificam principalmente em um lado da cidade.

³ A Região Administrativa de Jacarepaguá merece destaque. Cf. ABREU (2011), de 1950 a 1960 houve um crescimento urbano e populacional em cerca de 80%

⁴ Consumo visual da paisagem que se inicia ainda no início do século XX, mas se intensifica e se espalha em cidades do Estado do Rio de Janeiro, unificado em período corrente.

Como veremos adiante, essas são as primeiras impressões daquilo que grafam o espaço do migrante em um espaço de conflito, mas também em um espaço de resistência na cidade e para a cidade, ao concebê-lo também como seu, também como produzido por ele⁵.

Rio de Janeiro e o processo de urbanização: “Quem chega primeiro?”

Importante é na reflexão acerca do migrante na cidade, a ocupação do espaço que não raramente ocupam – a favela. Tal associação não se dá por um caráter *denuncista* ou simplesmente agregador de uma política pontual de provisoriedade que, muitas vezes e em experiências no mundo, o migrante é inserido⁶, mas pelo próprio arranjo espacial classista e contraditório que a cidade tem por assunção a partir de uma política pública segmentária, mais ainda carregada de estereótipos e determinações quanto à origem e a relação do migrante com a favela “em situação de marginal”, de “desordem profunda”. Conforme PERLMAN (1977):

A primeira leva importante de migrantes rurais no Brasil, nos primeiros anos da década de 1930, provocou o rápido crescimento da população favelada. Uma queda brusca no preço de produtos agrícolas brasileiros nos mercados mundiais fez cair ainda mais o baixo padrão de vida em muitas áreas rurais. Ao mesmo tempo, o novo governo intensificava o desenvolvimento industrial para suprir o mercado interno [...] A moradia se tornou escassa e cara. Os serviços urbanos, inclusive o transporte desde os subúrbios, eram precários. Aos novos migrantes à procura de casa vinham somar-se os moradores da cidade que não mais podiam pagar os alugueis nem mesmo de cortiços, avenidas ou cabeças de porco. As favelas nas colinas ao redor do centro da cidade ofereciam a dupla vantagem de não cobrarem aluguel e de serem bem localizadas e para muitos constituíam a melhor solução. A partir de então, as favelas aumentaram cerca de 8,5% da população carioca, em 1960, 16%, e em 1970 32%. (PERLMAN: 1977, 41).

Faz necessário, a partir da autora, pensar que, na década de 1930, assim como o percurso do século XX, o Estado do Rio de Janeiro não obteve índices de industrialização maciça e de grande porte como o Estado de São Paulo, e como foi apontada anteriormente, a prioridade foi a construção de indústrias que fomentassem o mercado interno. Mesmo nos dias de hoje, os investimentos para indústrias de base, ou de grandes corporações não são de grande vulto. A especulação financeira na urbe carioca⁷

⁵ Importante a reflexão de SOUZA (2008) quanto ao termo segregação e seu dinamismo desnecessário no uso do termo para relatar a experiência da urbanização e segregação em políticas de planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro, pois segregar é, ainda, o mais preciso e mais concreto termo que caracteriza o que ainda tem acontecido na gestão pública das cidades, quiçá a cidade analisada. Contudo, o termo segregação pode também mascarar a diversidade de relações existentes em espaços onde grupos migrantes estão em maioria. Até porque, em boa parte dessas relações, o classismo e outras maneiras de segregação são – e estão - sobrepostas.

⁶ Ver sobre o assunto, o papel do Estado em ratificar o discurso contraditório do migrante, mas paradoxalmente inseri-lo nas políticas de produção e consumo no espaço, em experiência francesa, SAYAD, Abdelmalek. **O migrante e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 2008

⁷ A destacar que a cidade do Rio de Janeiro possui e ainda possui coro privilegiado quando se trata em discutir assuntos dos quais o Estado do Rio de Janeiro é relacionado, muito por ser a capital desse Estado, mas também por sua

privilegiou e intensifica na década de 1970 no próprio arranjo urbano, de um lado, e de outro na inserção de novos espaços via crescimento urbano e ascensão (e relação) das classes média e alta

Pelos estereótipos estabelecidos, ainda meados do século XX ocorre uma mudança que parte dos moradores de favela em substituir favela por comunidade. É, de fato, a primeira mudança do qual tratamos que resultou em um processo de distorção em prol de um discurso que legitima o controle e o cerceamento social em lugares específicos em uma cidade para segregar e alimentar o domínio para construir uma imagem de cidade, de Rio de Janeiro, e vale ressaltar que é ainda pelo poder público que esse mecanismo começa a se manifestar, como aponta SOUZA (2011):

Talvez mais que qualquer outro tipo de saber, o planejamento e a gestão (sejam urbano, regionais ou outros) promovidos pelo Estado tipicamente privilegiam um olhar sobre as sociedades e seus espaços “do alto” e “de longe”. Uma das consequências disso é que planejadores urbanos a serviço da administração estatal se utilizam de um vocabulário cujo conteúdo muitíssimo raramente é objeto de qualquer reflexão, sobretudo de natureza crítica. (SOUZA: 2011, p. 151).

O termo comunidade hoje ressalta o que vem somando críticas ao Estado e suas manifestações políticas: homogeneizador, alienante e destituído de um sentido de cidade e urbanidade. O resultado é ratificado nas políticas superficiais que persistem no discurso de limpeza urbana, higienização da cidade, atendimento à clientela, do pobre, do coitado, do sujo que habita as favelas. Ao revés, obras efetivas de saneamento, educação, saúde, espaços públicos de qualidade e manutenção de áreas de risco que procurem escutar quem de fato habita tais locais, como veremos adiante, ainda fazem parte de uma utopia.

O Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas. No caso brasileiro atual (período pós-1964), esse comportamento, associado a uma prática política concentradora e antidistributiva, tem-se refletido na acentuação das disparidades intrametropolitanas [...] O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem. (ABREU: 2008, p. 15).

Dois processos vão ao encontro das recentes políticas ao qual o Estado reside como agente socioespacial, que se cruzam e se consolidam entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente na cidade do Rio de Janeiro: o tráfico de drogas ilegais e a legitimação de uma rede de agentes que distribuem e reproduzem uma relação mercantil

com esse tráfico (Cf. SOUZA: 2011) e segundo, as transformações que a polícia e o poder que ela constrói na cidade enquanto política pública.

A favela já existia, persistia e, mesmo com constantes e concomitantes políticas de realojamento e transferência de seus moradores, não só legitimava que o Estado impunha um discurso de que a favela é um problema, como tentava – e tenta – esconder a favela – e os favelados – e sua resistência em paradoxalmente existir como integrantes e produtores da cidade.

A cidade, a favela e o migrante na atualidade

O migrante, enquanto morador da cidade (que envolve estruturas que se cruzam e determinam uma condição contraditória no espaço) ora vive no limbo da estranheza imposta pelo discurso do outro – alteridade – ora na satisfação de interesses do Estado e do capital. No contexto de urbanização de uma cidade considerada metrópole, os vínculos permitem com o tempo, espriar a construção de outros espaços e outras cidadanias, que se reformulam conforme estratégias na cidade, isto é, o processo de construção política – mesmo quando somente se escolhe estar na cidade – que possibilita seu cotidiano como morador do Rio de Janeiro, desde suas *tristezas* a suas *alegrias*.

Diante disso, PERLMAN (1977) aponta, quanto ao estereotipo de marginalidade:

Outro sentido importante do termo é associado aos migrantes e a experiência migratória. Neste caso, a chave de identificação é a situação de recém-chegado e a transição entre a vida rural tradicional e a urbana moderna. Tal situação transitória não precisa ser concomitante com a vida em gueto ou a pobreza, mas frequentemente o é. O fator crítico neste caso é associado com a ideia de diferentes subculturas, parte de um esquema conceitual mais amplo de mudança e transição cultural. Deste ponto de vista, qualquer subcultura diferente da principal seria descrita como marginal, ainda que outras condições também concorram comumente. (PERLMAN: 1977, 126-127).

Geometrias (MASSEY, 2008) e/ou cartografias (ROLNIK, 2011) são construídas no processo de produção do espaço, cravadas na mudança do sujeito insurgente. Cidadanias se fazem e perfazem, no conflito e na contradição. Produzem estratégias mais complexas que a simples noção de sobrevivência, pois remetem a lutas por espaços de cidade, e se recortam no cotidiano encarnado pelas dialéticas do ser e estar na cidade.

O migrante, portanto, se insere na constituição de um sujeito dentro da cidade, e corrobora a sua produção autônoma nessa e dessa cidade. É um sujeito social, dotado de sentidos e experiências que o faz integrante da cidade construído por si e para si.

É interessante pensar a relação entre o migrante no espaço *migrante*, isto é, o lugar em que está (em relação ao lugar de partida). Tem-se, por vários pesquisadores –

dentre geógrafos, sociólogos, psicólogos etc. – a visão de que a migração é estabelecida por uma opção de surgimento de necessidades aferidas por relações contraditórias e desiguais em um espaço discursado por políticas e demandas para uma minoria, vinculado a um Estado também desigual. Tal perspectiva crítica é, para tanto, o principal foco de análise, pois é dela que se tiram as principais relações espaciais que produzem e reproduzem.

Rio das Pedras é, assim, uma favela *nordestinamente* carioca, porque surge dos elementos do *trânsito* e dos ensinamentos do lugar que é a cidade do Rio de Janeiro. Para refletir sobre a favela Rio das Pedras e seus migrantes, precisamos entender o cenário do lugar de partida, os paradoxos que envolvem o ato e o fato de migrar.

O migrante não somente na cidade (porque o migrante é sempre de uma cidade!) mas na cidade do Rio de Janeiro, enquanto elemento de um discurso do outro, da diferença, não começa como um sujeito diferente na metrópole. No caso do migrante vindo das cidades de outras regiões do Brasil, encontramos vários processos de discursos do diferente, do outro, de paradoxos de alteridade, nas palavras de Abdelmalek Sayad.

Existe um discurso que impõe uma imagem de fora para dentro e inversamente reforça a ideia de homogeneização regional à consolidação de um processo revestido de geografias e histórias fixas, lineares, hegemônicas e totalizantes. Nasce assim, um Nordeste “dizível e visível” (ALBUQUERQUE JÚNIOR: 2011) que reproduz um “nordestino” pobre, doente, penalizado e ruralizado.

Existe uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste. É o apagamento desta multiplicidade, no entanto, que permitiu se pensar esta unidade imagético-discursiva. Toda a pesquisa, [...] em torno da ideia de Nordeste, inicialmente será realizada no sentido de localizar estes elementos garantidores da identidade, da semelhança, da homogeneidade do espaço e da fixação desse olhar e deste falar “nordestino” e sobre o Nordeste. (ALBUQUERQUE JÚNIOR: 2011, Pp. 79-81).

Consideremos, a partir do autor, três pontos de reflexão acerca da ideia de migrante e do migrante como integrante da cidade de chegada: 1: O Nordeste inventado e o migrante nordestino inventado; 2: de qual Nordeste é o migrante em Rio das Pedras e 3: a cidade do migrante e a cidade de agora como migrante. Isso porque a ideia “imagético-discursiva” do Nordeste não só é análoga ao contexto social múltiplo e à crítica real que também é espacializada, como também mascara as descontinuidades que essa multiplicidade de Nordestes acaba por construir realidades nordestinas e cariocas.

Destacamos que não podemos entender a relação identidade – migrante – cidade – espaço sem contextualizarmos na geografia e na história o processo de produção da cidade do migrante. E por que fazer isso? Principalmente por acreditar que a migração

(respondendo a questão inicial) não começa de onde sai e nem termina na cidade aonde chega. Ela se reafirma e se reconstrói também enquanto estratégia de porvir, de ser e estar na cidade, de habitá-la e de construí-la como espaço e como geografia.

Quando colocamos em debate a relação migrante e cidade, convém pensar quais as impressões que temos do outro, e ao tratarmos do outro, incluímos uma questão interna e subjetiva intensa e problemática. O outro não sou eu, esse outro é distanciado de mim, é diferente, mas esse outro também pode ser *eu*, quando o outro olhar para mim e pensar da mesma maneira que penso agora. Quando se trata de pensar e ver o próximo como distante, a discussão vai além de um reducionismo como preconceito. O caráter social do outro e de si acompanha as ciências humanas não à toa, pois os desdobramentos e encontros com os outros e “eus” produzem a humanidade enquanto relação de viver, de fazer, e de migrar também.

Dentre as particularidades da cidade do Rio de Janeiro, encontra-se a sua crescente transformação aliada não a uma mudança consciente do espaço, mas a uma reprodução daquilo que SANTOS (1991) coloca como espaço que o homem constrói, porém *fetichizado*, reproduzido pelos ditames das verdades que se impõem nos jogos/relações de poder. Um bom exemplo é a área da Barra da Lagoa da Tijuca, que sofreu profundas transformações a partir da década de 1960, com a abertura do Túnel Dois Irmãos e do Elevado do Joá, pelo Arquiteto Lúcio Costa, que também planejou a Avenida das Américas e a Avenida Alvorada, hoje Ayrton Senna. Tais reformas acarretaram uma profunda transformação no local para um extenso e contraditório espaço de classe média alta da cidade.

Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Região metropolitana do Rio de Janeiro, cerca de 14,5% de sua população encontra-se em favelas (Aglomerados subnormais). Houve um aumento populacional de cerca de 60% nesses locais, o que, inclusive, contradiz outro dado: o aumento da classe média e da qualidade de vida no Brasil. Vale frisar também o aumento considerável de população nos chamados aglomerados subnormais na cidade do Rio de Janeiro, que era de cerca de um milhão e cem mil em 2000 para cerca de um milhão e quatrocentos mil em 2010. Diante dos dados, qual qualidade de vida cresceu, já que nos chamados centros urbanos as disparidades socioespaciais claramente aumentaram.

Rio das Pedras localiza-se na zona Oeste do município Rio de Janeiro, na Região Administrativa de Jacarepaguá, conforme dados do IPP (Instituto Pereira Passos). Conforme podemos observar, mais de 30% da população dessa Região Administrativa que vive em favelas encontra-se em Rio das Pedras, sendo considerada oficialmente, a

terceira maior favela⁸ em população do Brasil.⁹ A considerar também que hoje 6% da população brasileira vive em favelas.

O crescimento e consolidação de múltiplas ordens espaciais em Rio das Pedras é também perceptível nas suas ruas, onde postes não suportam a ligação clandestina de fios, a verticalização maciça e contínua das moradias, também a expansão da comunidade em espaços não mensurados e analisados pelo poder público, a chegada de novos migrantes a cada dia. Como se vê na cidade do Rio de Janeiro, em favelas que se localizam muitas vezes em áreas opostas, embora suas estruturas precárias e apertadas, miseráveis, há nascente e crescente um misto de passado e presente, de cidade, de urbano, de rural, que se cruza e se desdobra¹⁰ em chiados de animais, barulho de fogão, músicas diversas (do samba ao forró). Um exemplo não só da diversidade e da riqueza de vida em favelas, mas a constatação “iluminada” de um migrante que demanda estratégias múltiplas de sobrevivência, para viver no seu cotidiano de trabalho, para viver nos seus anseios e desejos de um processo de produzir conhecimentos íntimos e externos. Uma resistência que não traz a diferença, mas uma resistência inerente de quem é visto como diferente.

A permanência como resistência

Dentre as principais particularidades de Rio das Pedras em relação a territorialidade em movimento, essa restrição do espaço é ainda mais acentuada pela própria lógica de mercado e espaço existente na cidade do Rio de Janeiro, ainda mais quando se trata da região administrativa de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, em crescimento vertiginoso quanto à especulação imobiliária e “porta de acesso” a um espaço ainda mais restrito discursivamente, que é a chamada “Zona Sul”, onde ficam bairros famosos, como Copacabana, Ipanema e Leblon. E é sabido que é onde o Estado efetivamente age. Política pública aliada ao poder privado de grandes corporações

⁸ A primeira coloca é a Rocinha, também na cidade do Rio de Janeiro, com cerca de 69 mil habitantes, a segunda Sol Nascente, em Brasília, com cerca de 56 mil e Rio das Pedras com cerca de 54 mil habitantes. As três favelas coincidentemente são conhecidas por terem uma concentração eminentemente de migrantes oriundos da região Nordeste. Ver mais in.: <http://oglobo.globo.com/pais/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272>.

⁹ Tais dados encontram-se na Base de Dados do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) do Instituto Pereira Passos (IPP-RJ), que para a área em questão, ainda são utilizados os dados do Censo 2000 do IBGE. Vale ressaltar que com o censo de 2010 organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses dados sofreram alterações.

¹⁰ Interessante a perspectiva de DELEUZE e GATTARI, novamente, quanto a ideia de cidade e produto de cidade. Para eles, a cidade não nasce do rural exatamente, mas no rural já se concebia uma ideia de cidade e urbano, seja nas relações de troca, de cotidianos, de reproduções etc. A questão do desdobramento também perpassa o pensamento deleuziano quando a dobra é infinita e concebida como redobramento constante. Para mais: DELEUZE e GUATTARI. O anti-ídipo: Editora 34, 2010 e DELEUZE. Leibniz e a dobra. Editora Papirus: 2008.

imobiliárias e bancos internacionais, não está interessada em estabelecer uma discussão crítica sobre a construção do *lugar*, como aponta MASSEY (2007). É o discurso da ordem e da organização do espaço, que se opõe à “desordem urbana”, que o Estado detém e de forma coercitiva impõe à sociedade, privilegiando determinada classe, que sobressai diante da alienação do espaço aos sujeitos sociais, que ainda sociais, são alheios a esses espaços criados e construídos, assim como se restringem àquilo que é determinado por outros.

Se o próprio termo cidadão se torna pejorativo, atribuído àqueles que são *daqui* e não aos que também se inserem à dinâmica desse espaço, isso significa que, para o migrante, ser cidadão é ser de fora da dinâmica dos que migram, é o homem ruim, que não compreende e não possibilita a entrada do sujeito como participante das relações da cidade. É também forma de proteção e segurança do entorno das contradições, e por isso a importância do termo comunidade pelos poderes locais das favelas cariocas.

Tal como é possível observar, não somente em Rio das Pedras, mas em parte das favelas na cidade do Rio de Janeiro, as casas abertas com os rádios ligados, o cantarolar dos animais, as imagens identificadas aos lugares de partida. Elementos que em grande medida não são comuns em outros lugares da cidade, e, para além dessa relação, constituir o elo não significa estar preso ao passado, mas apropriar-se de mecanismos também de deslocamento e de mobilização pela mobilidade do migrante.

Ao que percebemos que, o migrante, sobretudo o migrante interestadual (e no caso em estudo, o migrante nordestino), apropria-se da cidade, e a insere pelo passado, certo? Incerto. O elemento constituinte do migrante em relação aos usos, às suas relações e aos seus pertencimentos se dá pela tessitura envolvida na sua relação com a própria cidade, com o Rio de Janeiro. Vale ressaltar, como apontamos inicialmente, que essa relação não é meramente e aparentemente um jogo de interesses entre o trabalho e o capital, mas vem de uma complexidade de processos que remetem ao constructo político da região Nordeste e de seus elementos agravantes, e vai até a decisão subjetiva por melhores condições até de sobrevivência em relação às possibilidades que, na mídia veicula, nos livros, nos meios de comunicação em geral, para as metrópoles. E o poder de atração das e nas cidades não requer analisarmos de forma ameaçadora e reveladora de uma relação de troca. Como salientamos, a complexidade é maior. Nas palavras de SAYAD (2000):

Não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares [...] assim como a ausência, a presença também tem seus próprios efeitos. Não se habita impunemente um outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente,

conforme as modalidades do contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas, e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos. (SAYAD: 2000, p. 14).

O retorno, elemento constitutivo do migrante para Sayad, não é somente quando e pelo retorno físico, pela mobilidade literal. O retorno envolve um quadro de elementos psicológicos que remontam a saudade dos grupos em que era inserido, as amizades, os próximos, de longa data para a maior parte, por exemplo dos migrantes entrevistados em Rio das Pedras, que deixaram suas marcas e suas gentes, de alguma maneira. O retorno também é, apesar do *permanência* e de suas implicâncias na relação com a cidade, que paradoxalmente a envolve na própria permanência, parte da busca e impulso para as estratégias de permanência.

É, porém, no retorno efetivo, que, quem o fez, os olhares mudam, “*a vida é diferente, já não dá para se acostumar ao que passou*”. Cremos que seja legítima – de legitimidade, não legitimador – a construção de permanências e de permanências mobilizantes e na mobilidade.

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta do cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra. (Idem: 2000, p. 11).

Esse desejo não exclui a vontade e o desejo de migrar, muito menos o arrependimento. Só desponta algo que é inerente a determinados aspectos humanos, de movimento e de desencontrar.

É interessante perceber que, ao mesmo tempo em que encontramos essa relação muito direta de sociabilidade entre os que chegam, a partir do grau de parentesco, uma rede de *acolhimento*, mas também de reforço, temos uma série de perspectivas socioespaciais de imposição dentro de Rio das Pedras, como já apontada na fala de uma das moradoras. Quem vive na Rua Nova ou em Pinheiros, locais de maior ascensão tanto das condições de moradia quanto dos equipamentos públicos e privados existentes, sequer conhece quem habita o Areal II, ou o Pantanal, e estes se referem como estas localidades com certo penar, assim como a Associação de Moradores, que oferece “cestas básicas” se for morador de tais localidades. Da mesma maneira, boa parte de seus moradores não conhecem a Praia de Copacabana, por exemplo.

Como aqui em Rio das Pedras tem de tudo, eu não vejo necessidade de sair não... A gente também não tem tempo, e tudo é caro. Eu ia muito com minha patroa pra Minas Gerais, uma vez a gente foi no Cristo... Nossa, a coisa mais

bonita que eu vi! (Moradora há 16 anos da Rua Velha, veio de Guraraciaba do Norte – Ceará).

Aqui não se conhece mais ninguém... Moro desde sempre na Rua Velha e não sei como se vive lá para a frente (referindo-se ao Areal). Não conheço as praias que tanto falam não, mas dizem que é bonito, né? (Morador há 3 anos do Rio de Janeiro, veio de Ipueiras - Ceará).

Para além da reflexão do alheamento de uma consciência de seu espaço e de suas ações – arbitrárias ou não – do espaço, interessante é nos atermos que as estratégias de permanência também constroem fissuras importantes, que estabelecem rupturas entre o que parece ser real a uma realidade peculiar a cada sujeito morador em Rio das Pedras. Seus contextos e suas análises como seres pensantes não são desmembradas de sua realidade e muito menos objetadas em uma alienação, não somente. Seres humanos produzem dia após dia, angústias e aflições a partir de respostas, de significados que dão ao mundo. A troca e os entreolhares, os olhares baixos, a tristeza da distância ou a felicidade da expectativa também fazem parte das nossas vidas. O movimento e a vontade de *permanência* não são exclusividades de quem atravessa suas fronteiras de lugares para outros lugares. Os riscos daquilo que Stuart HALL (2003) aponta do caráter diaspórico também das identidades não colocam em xeque as vontades e os anseios inerentes a qualquer ser humano, quiçá a qualquer ser vivente neste planeta. Não será mera coincidência se as sensações de quem vive no lugar onde nasceu sejam as mesmas de quem vive ainda a se estabelecer, a permanecer, ou daqueles que precisam lutar pela sua permanência, como no caso dos primeiros habitantes de Rio das pedras, porém que não obstante hoje quem chega na cidade do Rio de Janeiro permanece a lutar pelo sentido e pela vontade de estar, de permanecer, de *permanência*.

Não somos só um sujeito, da mesma maneira que não somos só um migrante. Não temos uma cultura da mesma forma que não estamos em necessariamente um lugar. Um tornar constante aos processos de movimento do passado e do presente indeterminam o futuro concomitante a múltiplas determinações. Desconsiderar as sensações, os sentimentos, as experiências de amores (no sentido lato, não no sentido estrito de laços íntimos), de dores, de vivências, de saudades, de cheiros, das lembranças desses cheiros, é desconsiderar toda uma perspectiva de consciente que envolve e é envolvido por peculiaridades de identidades. Desconsiderar as sensações é desconsiderar as vontades.

Acreditamos também que a vontade de permanência é um ato de resistência porque o desenraizamento já existe no lugar chegado. Não a tornar a questão tão

superficial e lógico-racional, mas na compreensão de que o direito à cidade, e o desejo do habitar e construir são também inerentes a vontade de mobilidade.

A identidade do *nordestino*, do *paraíba*, do *cabeçudo* no Rio de Janeiro, obviamente não nasce do autoflagelamento coletivo de grupos migrantes oriundos do Nordeste. Silenciados estigmas, como Nibert Elias aponta, *pré-conceitos* construídos sob justificativas de alteridade, brincadeiras e deboches sugeridos, não revelaram e não revelam a entidade de si (id-entidade) e a relação com o outro, muito menos as relações consigo mesmo. Se identidade é um porvir daquilo que o espaço nos dá em um constructo sociorelacional, que produz conflito, também produz intensidades, desencontros e reencontros com o si, conosco e com os outros. Se o porvir do ser é mascarado pela homogeneidade de uma identidade alheia a nossa própria permanência de estar, tal como a própria mobilidade de ser, a injúria se dá pela raiva de ninguém, absolutamente ninguém, *poder* controlar os nossos sentimentos, a não ser nós mesmos. Esta é a permanência de estar, esta é a mobilidade de ser.

Algumas considerações

Sendo assim, é possível esboçar alguns deslocamentos de pensamento em relação ao processo de inserção do migrante nordestino na cidade do Rio de Janeiro – ou a inserção desigual e relacional de seu espaço urbano – no sentido das estratégias de permanência que esses grupos legitimaram como primeiro processo de sua construção e produção de cidade, também de Rio de Janeiro.

- Essas estratégias de permanência não só ratificam o poder da identidade nordestina, muitas vezes garantem também, e de alguma maneira, estar na cidade, construir suas maneiras, mesmo que simples, de se inserirem politicamente nas discussões da cidade e do espaço urbano;
- A vontade de *permanência* não escamoteia as demais problemáticas a serem impulsionadas por grupos marginalizados no espaço urbano: ela produz cidade e produz conhecimento, atinge, mesmo que de outra maneira e por outras vias, a construção consciente e impulsionada por um senso crítico do que realmente é capaz de produzir, de uma autoconfiança da realidade de si, e da capacidade de mobilizar-se;
- O Estado, por ratificar a relação que gera o problema migrante-problema, da mesma maneira que mascara ao seu modo as resistências do habitar na cidade,

constrói estratégias paralelas às dos sujeitos da cidade que desencadeiam a omissão da existência dos conflitos na cidade;

Se as estratégias de permanência são a primeira parte de um processo de estar na permanência e ser na mobilidade, também como primeira fonte de recursos de relações na cidade, o passar dessas estratégias não findou com a chegada dos novos migrantes e até os dias de hoje. Permanecem a vontade e a construção de estratégias de permanência múltiplas, no porvir, na vontade. Também, elas se sofisticam e se complexificam, ao ponto de obter-se mais acuidade, mais profundidade de compreendermos e não cairmos no determinismo de acreditarmos que essas estratégias são parciais ou superficiais, mesmo que calado, mesmo que velado, da voz única da identidade.

Em suma, são cartografias que coexistem e reinventam o processo de resistência do *permanência* na cidade do Rio de Janeiro. São cartografias porque marcam um espaço e um tempo característico na trajetória – mesmo que diferenciada e por motivos distintos – de grupos migrantes oriundos da região Nordeste. E segundo, possibilitam a produção de novas estratégias de resistir na cidade conforme suas vivências no cotidiano da cidade.

E se as estratégias primeiras foram as de permanecer, não significam - mesmo que elas ajudem a compreender - que elas problematizam e constroem a possibilidade de ser/estar na cidade efetivamente, isto é, de fazer parte da cidade em todos os seus sentidos, em seus significados. Das estratégias de permanência nascem também as estratégias de mobilidade, fincadas também nas construções do silêncio da voz ao olhar dissimulado para as *geometrias* (MASSEY, 2008) de poder na cidade.

A prática, a cartografia que atua nas estratégias de permanência vai da motivação presente de estar na cidade em detrimento de permanecer legitimamente, isto é, ter de resistir para permanecer, como se a prática de *permanência* não fosse ato e escolha da fonte de desejar estar na cidade. As marcas deixadas por essas estratégias estão desde a mobilização geográfica e histórica de construir Rio das Pedras conforme as singularidades do lugar deixado com a participação do lugar onde esses grupos migrantes vivem seu hoje, também seu futuro, mas também no ato de construir as relações na cidade do Rio de Janeiro a partir de estratégias próprias, de suas próprias escolhas e a partir de estratégias coletivas e agenciadas conforme a apropriação dos espaços pelas redes de poder coexistentes nas favelas.

Portanto, as estratégias de *permanência* são as produções que incorporam teias de resistência – para o *bem*, mas também para o *mau* – que constituem a produção de

espaços de cidadania insurgente de grupos migrantes na cidade que chega. São alimentadas pelo porvir e devir de cada um que emigra-imigra, mas também por cada grupo constituinte que mobiliza-se em Rio das Pedras.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

_____, **Preconceito contra a origem geográfica de lugar**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2012.

ARAGÃO, Luciano Ximenes. **A des-re-territorialização dos migrantes nordestinos na comunidade Rio das Pedras**. Dissertação de Mestrado: Niterói UFF, 2004.

BARBOSA, Jorge Luiz. Da habitação como direito ao “direito à moradia”: um debate sobre a regularização fundiária das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In.: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinicius. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

BURGOS, Marcelo B. (org.) **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora Loyola/PUC, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EdUSP, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Leibniz e a dobra**. São Paulo: Editora Papyrus, 2008.

_____, e GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro. Editora 34, 2010.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cidadania**. N° 24: IPHAN, 1996.

LAGO, Luciana Corrêa. **Desigualdade e segregação na metrópole**. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Expressões Geográficas**. Florianópolis: n. 3, 2007.

_____. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

_____. Um sentido Global do Lugar. In.: ARANTES, Antonio A (org.). **O Espaço da diferença.** Campinas: Ed. Papyrus, 2000.

OLIVEIRA, Heloisa Maria Alves de. Moradia e redes sociais de migrantes nordestinos: o caso de Rio das Pedras. In.: **Encontro Nacional da ANPUR**, 14, 2011. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade.** Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Natureza do espaço:** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. **O migrante e os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998

SOUZA E SILVA, Jailson da. BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela: alegria e dor na cidade.** Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

_____. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole:** medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In.: CARLOS, A. F.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano:** Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença.** Campinas, SP: Papyrus, 2000.